

V Conferência Internacional do IESE

informalidade e recomposição do Estado. o tratamento de pobreza urbana no município da Beira (Moçambique)

Egidio Guambe

20 de Setembro de 2017

Introdução



“Na altura a cidade da Beira estava cheia de gente pedindo esmola, os mendigos, agora vês as pessoas nas ruas a procura de diversas formas de sobrevivência, tu vês os vendedores ambulantes, os guardas de carros, não existe mais mendigos. Nós, depois que chegamos ao poder, trabalhamos com as pessoas, as encorajamos a fazer pequenas actividades para diminuir o sofrimento, o problema de emprego que é crónico. Nós autorizamos muitas das pequenas iniciativas e coordenamos com os mercados informais para garantir a ordem na cidade. O município é para lhes criar condições (José Maunel Domingos, vereador do município da Beira, entrevista, 10 de junho de 2014).

Elementos de debate

- Luta contra pobreza
- boa governação
- micro-finanças
- da relação entre as actividades informal e a economia formal
- *botton of the pyramid* (BoP)

Literatura:

- assimilam a informalidade como simples desordem
- manifestação do fracasso do Estado
- sua incapacidade em instalar a ordem e definir o interesse comum

Questão central

Como a informalidade pode permitir a recomposição do Estado?

Argumento:

- Dependendo do tratamento que é feito a esta informalidade, ela pode ser uma manifestação de potencialidade na qual os municípios desenham um papel preponderante na criação de arenas de interacção entre iniciativas privadas ou individuais e as instâncias públicas, ao mesmo tempo que reforçam a empresa de gestão da sociedade, o Estado.
- Conceber a informalidade e a natureza do seu tratamento como práticas concretas pelas quais o Estado exerce quotidianamente o seu poder.

Estrutura

- I. Lógicas de tratamento da informalidade pelas autoridades públicas moçambicanas. Uma dimensão histórica
- II. Município como espaço de negociação “informal” do Estado

o estado na informalidade. De inimigos a parceiros

1. *O período da repressão da informalidade* – este período vai desde a independência aos finais dos anos 1980.
 - cidades socialistas”, baseadas numa organização estritamente burocrática (formal), as actividades informais eram fortemente combatidas acusadas de gradação das condições de vida nas zonas urbana;
 - Em 1983 o governo, segundo a sua concepção ultra-burocrática de modernização autoritária decidiu expulsar todos candongueiros;
 - Estima-se entre 50 a 100 000 pessoas deportadas para matas sobretudo das províncias de Cabo Delgado e Niassa;

2. O período do papel social da informalidade – Este período vai do início dos anos 1990 até início dos anos 2000

- Com as privatizações e redução dos funcionários muitos trabalhadores se encontravam no desemprego;
- Os ex-trabalhadores das empresas privatizadas são encorajados a se implicar nas actividades anteriormente proibidas, doravante responsáveis de virtudes de criatividade e inovação;
- A informalidade se desenvolve agora no mercado de emprego, sobretudo no meio urbano: *mukheristas*
- As actividades não apenas permitem a realização pessoal como também propiciam novas reconfigurações do Estado

3. O período da informalidade como empreendedorismo/parceria - começa no início dos anos 2000

- Tentativa de enquadramento pelo Estado, ou seja, formalização destas actividades;
- Conjunto de acções que procuram fazer dos actores destas actividades parceiros da acção pública;
- A aprovação em 2001 do PARPA vem inaugurar nova era de relação entre as autoridades públicas e as actividades informais
- Chegada ao poder do Presidente Armando Emílio Guebuza que a questão tomou uma dimensão política;
- Fez da pobreza e da sua “solução”, o “espírito empreendedor”, o essencial dos seus programas: 7 milhões, PERPU, 2009 cria ESNEC
- A pobreza, definida como privação de capacidade de entrar no mercado (Sen, 2000);

Município da Beira como espaço de negociação “informal” do Estado



Caso da Claudete Martins

“estou motivada, estou avançando [...]. Com as minhas actividades pago a escola dos meus filhos, eu não tive a chance de estudar, eles devem estudar, é por isso que faço todos esforços [...]. Ajudei o meu marido a comprar o seu próprio carro para fazer *chapa* [*sic.*]. Mas também estou a ajudar este pessoal a ter onde trabalhar, a vida está difícil, não podemos cruzar os braços”. (Claudete Martins, vendedeira no mercado de Maquinino, Beira, 18 de Março de 2015).

Mercados como espaços de administratificação



- Espaços de relação concreta entre a administração e o cidadão
- Espaço de « desenvolvimento misto »
- Espaços privilegiados de interacção política – a maior parte de novos membros do MDM são mobilizados nestes espaços

Conclusão pobreza como potencial de mercado e de cidadania

- As actividades representam um grau de aprendizagem política
- Capacidade de se organizar colectivamente e se emancipar de agendas políticas existentes ou da capacidade dos partidos recuperarem e incorporarem em seus programas – é o mais próximo do real para o caso do MDM
- As actividades pontuais (tácticas) e precárias poderão se transformar em estratégia de novos modos de acção pública
- **O papel desta é menos de reprimir que de saber identificar as potencialidades, reforça-las num quadro de interacção e articulação com instâncias públicas e privadas.**